IMPUNIDADE Proposta já contaria com apoio do PL de Bolsonaro, PP, União Brasil e Republicanos, que é o partido do presidente da Câmara, Hugo Motta

Tarcísio articula e projeto por anistia ganha força

DA REDAÇÃO E AGÊNCIAS

O projeto que anistia os envolvidos no 8 de Janeiro voltou a ganhar força na Câmara depois que o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), passou a articular para que o texto seja votado na Casa.

Segundo o líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), o clima para que a proposta avance cresceu entre os líderes partidários. Disse que o ambiente "mudou" e que agora há uma "boa vontade" por parte da direita que compõe o chamado "Centrão". Tarcísio teria sido um dos pivôs da mudança.

"A gente acha um grave erro qualquer discussão para pautar a anistia. Existe essa discussão, cresceu esse movimento com a presença do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas [em Brasília], de colocar em discussão a anistia para depois do julgamento", disse Lindbergh a jornalistas depois da reunião de líderes.

Segundo o petista, a ideia da oposição é pautar o projeto depois do julgamento do ex-presidente Bolsonaro (PL) no Supremo Tribunal Federal (STF). Ainda não há um texto fechado sobre o tema, mas o ex-mandatário seria incluído no perdão.

A proposta tem apoio do PL, PP, União Brasil e Republicanos – partido do presidente da Câmara, Hugo Motta (PB). Juntas, as siglas têm 292 deputados. Ou seja, maioria necessária para aprovar o projeto.

O governador de São Paulo é hoje o principal nome para substituir Bolsonaro – que está inelegível. O ex-presidente decidirá quem irá apoiar para o Planalto depois do resultado do julgamento.

Tarcísio chegou a Brasília ontem. Na última sexta-feira, o governador disse que seu primeiro ato caso fosse eleito e assumisse a Presidência seria conceder um indulto a Bolsonaro.

Fabio Rodrigues-Pozzebom / Ag. Brasil / 9.3.2023

Governador de São Paulo é tido como favorito da oposição para disputar a Presidência contra Lula em 2026

> **"É um grave erro qualquer discussão para pautar a anistia"**
>
> LINDBERGH FARIAS, líder do PT

PP e UB deixam gestão

Após reunião ontem pela manhã da direção do PP e do União Brasil com o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, ficou acertado que haverá o desembarque do Governo Lula e uma defesa pública das siglas a projetos que buscam garantir anistia aos condenados pela trama golpista.

Os partidos, que juntos formam a federação União Progressista, com mais de 100 parlamentares no Congresso Nacional, anunciaram ontem que "detentores de mandato" filiados às legendas devem renunciar a qualquer cargo ocupado no governo federal.

"Em caso de descumprimento desta determinação, se dirigentes desta federação em seus estados, haverá o afastamento em ato contínuo. Se a permanência persistir, serão adotadas as punições disciplinares previstas no estatuto", diz o comunicado.

A nota foi lida pelo presidente do União Brasil, Antônio Rueda, ao lado do presidente nacional do PP, o senador Ciro Nogueira (PI), em um pronunciamento na Câmara dos Deputados. Mais cedo, os dois líderes partidários já haviam acertado os detalhes deste rompimento em reunião com aliados.

"Esta decisão representa um gesto de clareza e de coerência. É isso que o povo brasileiro e os eleitores exigem de seus representantes", completa o comunicado.

A medida pode impactar a permanência dos ministros do Turismo, Celso Sabino (União-PA), e do Esporte, André Fufuca (PP-MA). Ambos são deputados federais, ou seja, detentores de mandatos filiados aos partidos da federação.

Até o momento, não houve manifestação dos dois ministros mais diretamente impactados pelo comunicado da federação União Progressista. Além disso, o União Brasil, por meio do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (AP), tem indicações em outras duas pastas: Waldez Góes (Desenvolvimento Regional) e Frederico de Siqueira (Comunicações).

O PP também ocupa o comando da Caixa Econômica Federal, com Carlos Vieira, indicado pelo ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL).

Em nota postada nas redes sociais, a ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, responsável pela articulação política do governo federal, diz respeitar a decisão da federação, mas cobrou compromisso de quem se mantiver nos cargos.

LEGISLATIVO

Alba aprova projetos estratégicos enviados pelo Executivo baiano

DA REDAÇÃO

A Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) aprovou ontem um conjunto de projetos, entre os quais dez encaminhados pelo governador Jerônimo Rodrigues (PT), incluindo reajustes para servidores, a reestruturação das polícias Militar e Civil e medidas de incentivo ao desenvolvimento econômico do estado.

Das 14 proposições analisadas pelos parlamentares ontem, sete trataram de reajustes de servidores públicos do Poder Executivo, válidos para este ano e para 2026, além de outros benefícios. Também foi aprovado o PL 25.901, resultado de ampla negociação desde 2023, voltado para os funcionários do Tribunal de Justiça.

O entendimento entre governo e oposição garantiu uma sessão sem obstruções. Apenas Hilton Coelho (Psol) e Alan Sanches (UB) usaram o tempo de discussão. A proposta de encerrar os discursos partidários para acelerar a votação partiu do primeiro-secretário, Samuel Júnior (Republicanos), integrante da minoria parlamentar.

Entre as medidas de maior impacto, os deputados aprovaram o PL 25.899, que reorganiza a Polícia Militar, com a criação de três novos comandos regionais — em Alagoinhas, Irecê e Jequié. A proposição foi celebrada por Fabrício Falcão (PCdoB), que classificou a mudança como "uma das maiores reestruturações da segurança pública na história da Bahia".

Na sequência, o plenário aprovou também o PL 25.898, relatado por Matheus Ferreira (MDB), que promove a reestruturação da Polícia Civil, completando o pacote de alterações no setor.

Desenvolvimento

Outro destaque foi o PL 25.920, relatado por Zé Raimundo (PT), que amplia o campo de atuação do Bahiainveste, transformando-o em uma agência de desenvolvimento de negócios. O objetivo é atrair investimentos em parceria com setores público e privado, com foco no desenvolvimento econômico, social e ambiental, além do suporte aos municípios.

> **Pacote inclui reajustes para servidores e reestruturação da Segurança Pública**

Também foi aprovado o PL 25.916, que institui o Refis do IPVA e prevê a redução de multas e juros sobre débitos do imposto, além da remissão parcial de taxas de licenciamento. O relator, Marcelino Galo (PT), destacou o alcance social da iniciativa.

Na área do Judiciário, o plenário aprovou o PL 25.431, que cria e transforma cargos comissionados na Controladoria do Tribunal de Justiça, após negociação entre a Corte, o Executivo e entidades representativas da categoria. A relatora Fabíola Mansur (PSB) ressaltou a legitimidade da medida.

Já o PL 25.921 reajustou em R$ 700 vantagens pessoais anteriores dos servidores do TJ. Segundo o relator Rosemberg Pinto (PT), a aprovação representa "o possível dentro das condições do Estado", ainda que não atenda integralmente às reivindicações da categoria.

PRECATÓRIOS

Relatada por Wagner, PEC vai ampliar investimentos

DA REDAÇÃO

O Senado aprovou ontem a PEC 66, que permite a estados e municípios mais investimentos em saúde, educação e segurança. A proposição contou com a relatoria do senador baiano Jaques Wagner (PT) e, após a aprovação dos congressistas, segue para promulgação da casa legislativa.

O senador afirmou que a medida atende a "um clamor de governadores e prefeitos" e explicou a importância da nova PEC para os gestores locais. Segundo Wagner, a proposta traz previsibilidade frente à escalada dos pagamentos de precatórios, que atualmente alteram toda a programação financeira quando há sentença judicial, dificultando a gestão. No caso da União, a emenda retira os precatórios do limite de gastos até o ano de 2026 e prevê a devolução progressiva desses valores ao Orçamento a partir de 2027.

Com a PEC 66, os estados e municípios passam a ter a possibilidade de renegociar débitos do INSS em até 300 meses, ou 25 anos, garantindo mais fôlego financeiro. Além disso, a medida estabelece uma previsão mais clara para o pagamento de precatórios, permitindo maior controle e segurança para a administração pública, e altera o limite de gastos da União conforme mencionado, retirando os precatórios do teto até 2026 e prevendo seu retorno gradual ao Orçamento federal a partir de 2027.

Com a aprovação da PEC dos precatórios, o Senado ajuda o governo do presidente Lula ao abrir espaço fiscal no Orçamento de 2026, ano eleitoral. A administração petista quer acomodar a despesa de R$ 12,4 bilhões com a licença-maternidade.

> **Proposta vai permitir a estados e municípios maiores investimentos em Saúde, Educação e Segurança, trazendo maior previsibilidade para gastos das gestões**

| A TARDE / PODER360 |

Senado aprova fragilização da Lei da Ficha Limpa

DAVI ALENCAR

O Senado aprovou ontem o PLP 192 de 2023, que altera a Lei da Ficha Limpa ao mudar definições sobre a inelegibilidade de candidatos, com 50 votos a favor e 24 contrários. O texto segue agora para sanção presidencial. Segundo o relator, senador Weverton (MDB-PI), o projeto assegura "mais objetividade e segurança jurídica".

O projeto já havia estado na pauta do plenário no fim de 2024, mas teve a votação adiada em março de 2025 por falta de consenso entre os líderes partidários. Recentemente, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), definiu prioridade para o texto.

A legislação atual determina que políticos considerados inelegíveis ficam impedidos de disputar eleições durante o mandato e por oito anos após o término da legislatura. Com a mudança aprovada, o prazo de inelegibilidade passa a ser único, de oito anos, contados a partir da data da decisão que determina a perda do mandato, da eleição na qual se deu a prática abusiva, da condenação por órgão colegiado ou da renúncia ao cargo eletivo. A nova regra tem aplicação imediata, inclusive para condenações já existentes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
CNPJ N: 14.235.907/0001-44

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2025

A Prefeitura Municipal de Cairu realizará na plataforma www.licitanet.com.br, às 10h:00m (horário de Brasília) do dia 15/09/2025 o Pregão Eletrônico nº 023/2025 para contratação de Fardamento Funcional para os Funcionários Públicos e Camisas personalizadas, para atender a Secretaria Municipal de Promoção Social. Edital disponível no Diário próprio e no Portal da Transparência do Município de Cairu/BA (www.cairu.ba.gov.br). Cairu, 02/09/2025. Carlos Benedito Guimarães da Silva – Pregoeiro Oficial

SISEPA - SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE APORÁ-BAHIA
CNPJ: 15.527.874/0001-79

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente do SISEPA - SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE APORÁ-BAHIA, através de seu subscritor JURANDI SANTANA LIMA, **brasileiro, maior, solteiro, em pleno exercício da função de Agente de Serviço Gerais, Matrícula Funcional n° 1302, do RG: 12.031.914-48 SSP - BA e CPF: 013.895.195-03, residente e domiciliado a Avenida Paraíso Nº 530, CEP: 48.355-000, Bairro, Centro Distrito de Itamira, Aporá - Bahia; nascido em 23/11/1982, no PIS/PASEP** -Bahia, no uso de suas atribuições estatutárias e nos termos da Portaria, do Ministério do Trabalho, **(MT) CONVOCA**, toda a categoria representativa de profissionais dos servidores públicos municipais, de Aporá-Bahia, entidade sindical de 1º grau para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 30 de setembro de 2025, às 08:00 horas, em primeira convocação, ou às 09:00 horas, em segunda e última convocação com qualquer número dos presentes, na sede do Sindicato, situada na **Avenida Brasil, Nº 72, Bairro: Centro, Itamira Aporá-Bahia, CEP: 48.355.000**, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia, 1 - Ratificação da fundação do - SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE APORÁ-BAHIA, 2 - Retificação do Estatuto Social, 3 - Ratificação da Eleição e Posse da Diretoria e do Conselho Fiscal do SISEPA, 4 - Filiação do Sindicato à FESPUMEB, CSPB, e a FORÇA, 5 - O que ocorrer. Aporá - Bahia - 29 de agosto de 2025. JURANDI SANTANA LIMA, CPF 013.895.195-03. Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE TANCREDO NEVES

PREGÃO ELETRÔNICO PE015/2025SMA. Menor valor por item. Objeto: aquisição de eletrodoméstico, para atender as Secretarias. Sessão de abertura: em 16.09.25 às 9:30h. Edital: https://www.licitanet.com.br/. Informações: tel. 7335401025 ou Prefeitura, Avenida Adolfo Araújo Borges, SN, Japão. Presidente Tancredo Neves/Ba, 03 de setembro de 2025. José Brito Cabral Neto. Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRA DO AMPARO
CNPJ N: 13.809.405/0001-17

RESUMO DE CONTRATO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 160/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2025 – CONTRATO Nº. 166/2025 - CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIBEIRA DO AMPARO – BA JUNTAMENTE COM OS FUNDOS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS, EDUCAÇÃO E SAÚDE – CONTRATADA: PB PRODUTOS DE PETRÓLEO LTDA - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL S500 E DIESEL S10), COM A ENTREGA CONTÍNUA E ININTERRUPTA, PARA O ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE RIBEIRA DO AMPARO (BA). - VALOR GLOBAL: R$ 2.526.818,00 (DOIS MILHÕES, QUINHENTOS E VINTE E SEIS MIL, OITOCENTOS E DEZ REAIS). - VIGÊNCIA: 01/09/2025 A 28/02/2026. PAGAMENTO: PARCELADA - EXECUÇÃO: INDIRETA.

SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE BARRA

AVISO: PREGÃO ELETRÔNICO SRP 01/2025. PA 22/25. Objeto: locação de caminhão-pipa com motorista. Sessão pública: 17/09/25 às 9h30. Menor preço. Informações e Edital: https://pncp.gov.br/app/editais // http://isaeibarra.ba.ipmbrasil.org.br/SEP/home // http://bnc.org.br // saae.barra21@gmail.com. Barra/Ba, 02/09/2025 - Maria Aparecida da silva Borges – Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA (BA)

AVISO DE LICITAÇÃO (CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 008/2025) PA Nº 2501007.00023205/2025-69 - A Agente de Contratação torna pública a seguinte licitação: contratação de empresa de engenharia para execução de obras/serviços de PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM EM DIVERSAS VIAS NO MUNICÍPIO DE AMARGOSA-BA, pelo tipo de licitação menor preço, segundo o regime de execução de empreitada por preço global. DATA: 09/10/2025. 08HJD do processo: 47.8315. Informações: licitacoes@amargosa.ba.gov.br, ou (075) 3512-7818. Cópia do edital: https://impresaoficial.icacra.com/sesd/pub/transparencia/pub-lifiranetfiddle/pesquisa-geral/dirio-gerados/5cd2d15ebc18d7000bbdf4db/. **Barbara Maria Barbosa Costa- Agente de Contratação.**